

CIDADE E EDUCAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE URBANIZAÇÃO NO CAMPUS DO BENFICA

Romeu Duarte Júnior
Isabela Ribeiro de Castro

Introdução

Fortaleza é uma cidade que, assim como outras metrópoles brasileiras, passou por um processo de crescimento populacional e urbano acelerado e desenfreado nas décadas finais do século XX. O planejamento urbano não ocorreu de forma concomitante a esse crescimento e as consequências desse desencontro são perceptíveis nas muitas barreiras, quebras e ausências que, espalhadas por seu território, se manifestam de formas variadas. A junção de todos esses aspectos em um mesmo contexto urbano contribui para afastar as pessoas dos locais de uso comum; diminui a convivência e as trocas sociais; desestimula as experiências de formação humana e educação informal que têm no espaço público o seu lugar natural.

O presente estudo, portanto, objetiva discorrer sobre modelos de intervenção urbana para uma área da cidade de Fortaleza, cujo potencial dos espaços públicos é extremamente mal aproveitado (o *campus* do Benfica, da Universidade Federal do Ceará, a UFC), tendo como principal fundamentação os princípios definidores do movimento das Cidades Educadoras¹ – iniciado em 1990, em Barcelona e formalizado em 1994, em Bolonha. Os ideais propagados pelo movimento estimulam o entendimento da cidade como um território educativo. Nele, seus diferentes espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos que podem, ao assumir uma inten-

¹ Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/glossario/cidade-educadora/>

cionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade, rotineiramente, oferece.

Percebe-se a interseção que há entre o conceito das “Cidades Educadoras” e as funções que podem ser trabalhadas nos espaços intersticiais do *campus* do Benfica, que não são desenhados de maneira a fomentar a fruição e a convivência entre os diferentes públicos que habitam o bairro. A ressignificação dos espaços sociais situados no *campus* e no seu entorno, que objetiva permitir que suas funções originais de conexão, incentivo aos encontros e às trocas entre pessoas sejam retomadas, se configura também como uma importante estratégia de estímulo ao aprendizado vivencial. Assim, é possível pensar esses espaços como locais de extensão do ensino que, atualmente, já é provido pela Universidade, complementando a educação formal com a informal.

Universidades: evolução histórica

Como o objeto deste estudo é um *campus*, considera-se pertinente a remontagem dos cenários que, de alguma forma, influenciaram o desenvolvimento das universidades no Brasil. Por conta disso, optou-se por resgatar a sua história a partir da segunda metade do período medieval, de quando data, segundo vários estudiosos do tema, a origem das bases para os centros universitários ocidentais do mundo atual.

É consensual situar o processo de desenvolvimento urbano e cultural, na Europa Ocidental, por volta do século XII. Das corporações de ofício organizadas nesse período, a mais relevante, para este estudo, é a de mestres e estudantes (denominada, à época, *universitas* ou *studium*). Nesse período de surgimento das *universitas*, em que não havia a

divisão em graus, classes ou grupos de pessoas com conhecimentos e faixa etária similar, também não havia prédios específicos para o funcionamento das aulas; o ensino ocorria nas próprias casas dos mestres. (PINTO & BUFFA, 2009).

É notável o grande contraste entre a origem modesta das universidades e o seu desenvolvimento posterior, tendo as suas transformações mais significativas se concretizado ao longo do século XV, período em que o ensino universitário se aproximou de um modelo proposto pela nobreza (VERGER, 1999). Esse processo redundou na aristocratização crescente das universidades, passando, o ensino, a ocorrer em edifícios novos, majestosos, de grande riqueza estilística, construídos com o fim de servir à nascente instituição.

Nos Estados Unidos, surgem novas características que diversificam as tipologias, até então, existentes para os centros universitários. Fundados ainda no período colonial, os primeiros *colleges* americanos, diferentemente dos britânicos, foram concebidos como comunidades neles mesmos; isto é, como cidades microscópicas, inaugurando, genuinamente, o “*campus*” (PINTO & BUFFA, 2009).

Os *campi* universitários norte-americanos, por serem idealizados como cidades em miniatura, requeriam, em seu processo de planejamento, um desenho urbanístico adequado. É muito clara, pela organização e conformação dos espaços, a relevância que as universidades norte-americanas atribuem às atividades extracurriculares de seus alunos. Locais que estimulassem um uso recreativo, abertos, verdes e o constante contato com elementos da natureza eram diretrizes marcantes na construção dos espaços entre as edificações componentes dessas universidades (PINTO & BUFFA, 2009).

No Brasil, o ensino superior leigo iniciou-se com a chegada da família real portuguesa, em 1808. A princípio, os cursos superiores que formavam os quadros para o Esta-

do concentravam-se em Salvador e no Rio de Janeiro. Após décadas de estruturação do ensino superior brasileiro em estabelecimentos isolados e independentes, em 1920, inaugura-se a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira instituição superior do Brasil que vingou com o nome de universidade. A organização universitária, porém, só se torna predominante a partir da segunda metade do século XX, em 1954.

No contexto nacional, a maioria dos *campi* – independentemente do fato de serem territórios fechados e delimitados ou de estarem situados em meio à cidade – era, e ainda é, extremamente distanciada da ideia de formação integral dos seus usuários e de diálogo com o território onde estão inseridos. Os espaços públicos entre as edificações não ganham o tratamento urbanístico adequado; configuram-se como o mero negativo do espaço construído; os resíduos que sobram quando as edificações são erguidas. A potência social – e, conseqüentemente, de fomentação da educação informal, através das experimentações e das trocas de vivências e conhecimentos entre os indivíduos – que esses locais possuem é subvalorizada, estando os espaços educativos restritos aos prédios constituintes dos centros universitários.

Das idades do espaço público

Segundo Torres y Moranta (2012), é consensual entre diversos estudiosos situar na Grécia Clássica a primeira distinção, no âmbito das cidades, entre o público e o privado. A Ágora, caracterizada por Mumford (1991) como “o centro dinâmico da cidade grega” (MUMFORD, 1991, p. 166), representava o espaço de convivência específico ao qual a democracia estava vinculada, sendo marcante a diversidade de funções urbanas importantes que se combinavam e se entrelaçavam nesse espaço. No entanto, apesar de caracterizar-se como coletivo,



aberto e manifesto, o espaço público grego não era inclusivo, já que era de acesso restrito aos cidadãos membros da pólis. Dessa forma, estavam excluídos dos importantes processos coletivos que ocorriam na Ágora as mulheres, os escravos, os estrangeiros e os menores de 21 anos.

Torres y Moranta (2012) afirmam que, em contraposição à Ágora, a praça pública medieval não possuía um marco arquitetônico que realizasse a separação entre o espaço público e os bairros residenciais. As ruas se conectavam diretamente às praças e o formato destas era irregular, definido pelas edificações implantadas nas proximidades. No espaço público medieval, os conceitos de aberto e acessível se destacam, uma vez que diferenciam os espaços de uso comum e particular. Segundo Mumford (1991), a praça de mercado medieval, na realidade, reinvestiu as funções da antiga Ágora; era o local de reunião das corporações de ofício, de ocorrência dos castigos públicos, dos torneios esportivos, dos encontros, das vendas e trocas comerciais, dentre outros.

Na Idade Moderna, o conceito de espaço público advém da Ilustração e das transformações sofridas pelas cidades durante o Renascimento, ocorridas principalmente nos bairros centrais, onde passaram a predominar os palácios, monumentos e as praças projetadas com rigor geométrico, amplitude e foco na exuberância. É durante esse período, ademais, que desponta a sociedade dos cafés, definidos por Torres y Moranta (2012) como os espaços em que se produzia, predominantemente, a comunicação livre. Guedes (2010) destaca que a esfera pública burguesa da modernidade não era inclusiva, sendo formada por um público de ilustrados, leitores, exclusivamente masculino e de elite, deixando de fora as mulheres, os escravos e os homens em geral.

Segundo Guedes (2010), atualmente, a pluralidade dos espaços públicos vem como exímio retrato da nossa realida-



de social, em que classes de pessoas diversas convivem e se relacionam. Tratando da dimensão física dos espaços públicos das cidades contemporâneas, Gehl (2014) inicia seu livro *Cidades Para Pessoas*, ressaltando que:

por décadas, a dimensão humana tem sido um tópico do planejamento urbano esquecido e tratado a esmo, enquanto várias outras questões ganham mais força, como a acomodação do vertiginoso aumento do tráfego de automóveis. Além disso, as ideologias dominantes de planejamento – em especial, o modernismo – deram baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade. (GEHL, 2014, p. 3).

A função social do espaço urbano como local de encontro, trocas e permanência, nas últimas décadas, passou por um gradativo processo de negligência, gerado por fatores diversos. Dentre eles, estão: a adaptação da cidade e de seus componentes à escala, velocidade e necessidades dos automóveis; a disseminação da arquitetura introvertida, fenômeno no qual se dá uma grande ênfase ao trato dos ambientes internos, deixando o espaço do entorno em uma posição totalmente secundária; a insegurança pública, processo que vem como consequência das abismais e históricas desigualdades socioeconômicas vivenciadas, preponderantemente, pelos países subdesenvolvidos; a baixa variedade de ofertas de atividades no espaço urbano comum, dentre outros.

Jacobs (2010), nos anos 1960, já alertava para a variedade de funções a que o espaço público, em sua totalidade, deve servir.

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão

fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades. (JACOBS, 2011, p. 3).

É essencial destacar também que toda essa série de percepções que as pessoas vivenciam nas cidades atuais, vem gerando, desde o início dos anos 2000, incontáveis reflexões e um grande aumento no interesse sobre a urgente necessidade de se repensar a dimensão pública do meio urbano. O investimento em uma postura que reconfigure os espaços de uso comum das cidades visando torná-los interessantes e habitáveis pelas pessoas é capaz de produzir consequências difusas: a fomentação da educação informal, vivencial e coletiva; o reforço da sustentabilidade social; o desenvolvimento de ambientes de experimentação dos valores comuns e distintos; uma estratégia de prevenção ao crime nos locais públicos, dentre outras.

O público na escala local

A cidade de Fortaleza vem, cada vez mais, tornando-se palco de lutas e discussões cujas demandas são a reinterpretação e conseqüente reestruturação dos seus espaços de domínio público. Apesar de caracterizar-se, atualmente, como uma metrópole moderna e pulsante, a cidade possui um casco antigo, que não sofreu as remodelações adequadas no transcorrer das últimas décadas. Nota-se que, mesmo com a ausência de uma tradição forte e marcante em termos de qualidade do desenho urbano, durante a primeira metade do século XX, os locais de uso comum eram tratados e usufruídos pelas pessoas de forma antagônica à da atualidade.

Segundo o professor Borzacchiello², o Centro era o local onde a vida pública da Fortaleza de fins do século XIX e iní-

² José Borzacchiello da Silva (Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1945) é um geógrafo e professor titular da UFC, conhecido por seus trabalhos de geografia urbana.

cio e meados do século XX estava concentrada. As ruas eram locais de movimento intenso e rotineiro; sua dinâmica era dominada, principalmente, pelos pedestres e pelos bondes puxados a burro. As praças, mesmo sendo poucas e pequenas, eram locais de encontro, de permanência e convivência das aglomerações de pessoas. Já as calçadas, independentemente de estarem situadas no Centro ou em alguma outra zona da cidade, ao cair da tarde e início da noite eram tomadas pelas

célebres rodas de calçadas, genuinamente nordestinas, para animadas palestras ou partidas de gamão que, sadias, cordiais, enchiam os passeios ou calçadas com um sem número de cadeiras. (GIRÃO, in <http://fortalezaantiga.blogspot.com.br/>).

Desde esse período até os dias atuais, a cidade passou por mudanças drásticas. Fortaleza chegou aos anos 40 com uma população de cerca de 180.000 habitantes. De acordo com o censo do IBGE, a cidade, em 2010, contava com 2.452.185 habitantes. O aumento populacional, portanto, foi de aproximadamente 2.272.185 habitantes em 70 anos. O primeiro automóvel foi introduzido na cidade no ano de 1909. Em 2011, segundo informações do DETRAN-CE, Fortaleza possuía 781.197 veículos licenciados. De acordo com o jornal *Diário do Nordeste*, o crescimento da frota de veículos automotores particulares, entre os anos de 2004 e de 2014, foi de 125,6%.

Aumentos notáveis se dão também no campo das tecnologias. No ano de 2005, segundo pesquisa do IBGE, 40% da população de Fortaleza possuía telefone celular móvel. Desde fins da primeira década dos anos 2000, os *smartphones*, com toda a sua gama de possibilidades de comunicação, vêm se disseminando em alto grau no Brasil, no mundo e também na cidade de Fortaleza. A violência urbana caracteriza-se, talvez, como o campo com aumentos quantitativos mais amplamente percebidos pela população, ao longo das últimas décadas.

Fortaleza chegou ao ano de 2015 sendo classificada pela ONG mexicana “Seguridad, Justicia y Paz” como a cidade mais violenta do Brasil e a 12ª mais violenta do mundo. A lista leva em conta o número de homicídios por 100 mil habitantes e inclui apenas cidades com mais de 300 mil habitantes.

Acredita-se que, atrelados a outras razões e sendo consequências de tendências e movimentos que tiveram repercussão mundial, a insegurança pública; a ascendência dos meios de comunicação eletrônicos; a presença massiva e constante dos veículos como modais de transporte dominadores na cidade; e o crescimento urbano e demográfico desacompanhados de um planejamento trouxeram consequências múltiplas para os espaços públicos. Contribuíram para a desorganização e disfunção que hoje presenciamos. É necessário, portanto, dar vazão a ideias e projetos que permitam uma modificação gradativa das relações de proximidade entre os lugares urbanos e as pessoas; é preciso garantir que o público retorne ao público (e vice-versa).

Um olhar sobre o Benfica

Localizado na porção centro-oeste da cidade de Fortaleza, com 8.970 moradores e IDH de 0,664, o Benfica é conhecido pela sua extrema diversidade. É um bairro de cultura, educação, boemia, lazer, patrimônio e representa um dos locais mais ímpares da cidade, despertando afetos e apego nas pessoas, sejam elas parte de sua população residente ou nômade. É, simultaneamente, local de resistência e de fragmentação.

Seguindo a tendência de transformações vivenciadas por Fortaleza nas últimas décadas, o Benfica também passou por processos que alteraram significativamente sua paisagem natural e construída. Das chácaras que o marcaram em sua época áurea (fins do século XIX e início do século XX),

por exemplo, pouquíssimas restaram; algumas das principais foram modificadas para dar lugar aos equipamentos de educação e apoio da UFC. Por sua vez, muitos exemplares das frondosas árvores – com destaque para as mangueiras –, permanecem existindo no bairro, seja na parte central de suas, nos espaços semipúblicos pertencentes à Universidade, ou junto às calçadas de largura ínfima das ruas do bairro (HOLLANDA, 2015; NETO, 2004).

As residências de gabarito baixo, que predominaram nos bairros mais estruturados de Fortaleza até o estabelecimento do processo de verticalização do espaço formal, cujo início se deu por volta da década de 1970, ainda prevalecem no Benfica. Apesar da presença do mercado imobiliário e de grandes construtoras já estar permeando o bairro desde, aproximadamente, o início dos anos 2000, as moradias unifamiliares com um ou dois pavimentos respondem pela ampla maioria de suas edificações residenciais e contribuem para a manutenção de um determinado grau de escala humana no local.

No entanto, se, por um lado, a altura reduzida das residências persiste, por outro, suas fachadas vedadas com grades e muros baixos, visualmente permeáveis e permissivas ao contato, já não prevalecem. De forma crescente, estas vêm sendo substituídas por muros altos e completamente opacos, coroados por cercas elétricas, contribuindo para aumentar o desinteresse das pessoas pelos espaços de uso comum – cercados de barreiras por todos os lados e esvaziando as ruas da vida pública.

O Benfica, no contexto de Fortaleza, tem uma série de características atrativas – a alta concentração arbórea; a variedade de equipamentos de serviços alimentícios, como bares, cafés e restaurantes; a existência de edificações antigas que, mesmo descaracterizadas em baixo ou em alto grau, mantêm uma singularidade estética; a concentração de vários dos equi-

pamentos da Universidade, dentre outras. Além disso, o local possui uma qualidade social muito forte: é, rotineiramente, frequentado por um alto número de pessoas, de origens, idades, profissões e gostos dos mais diversos (HOLANDA, 2015).

No entanto, apesar de exercer esse nível de atração sobre o público, no que diz respeito ao uso, ao desenho e à manutenção dos espaços públicos, o Benfica, atualmente, também segue as tendências disseminadas em todo o território de Fortaleza. Seu espaço de domínio público encontra-se dominado pelas pistas destinadas ao tráfego de veículos; por calçadas que são estruturadas com largura escassa, sem padrão de revestimento, altura e inclinação, e que são tratadas apenas como espaços de circulação; por praças com mobiliário urbano monótono e deteriorado, com poucas atividades de ocupação e sem um regime de usos definido. No geral, apesar de alguns elementos da época áurea do bairro resistirem, o ambiente público é desprovido de componentes que estimulem a presença, a convivência e o bem-estar humanos.

Cidade: das pessoas e para as pessoas

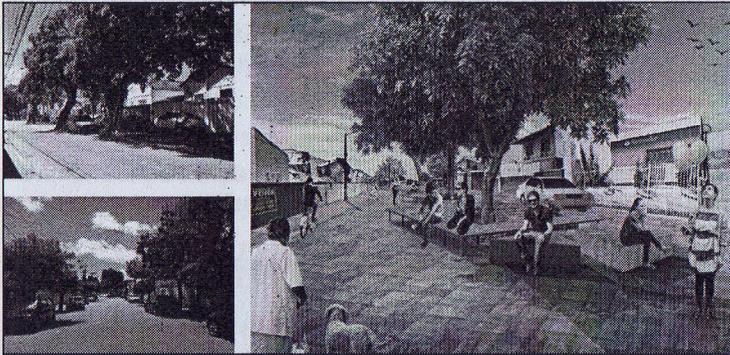
Após a realização de um amplo diagnóstico do *campus* do Benfica e de seu entorno imediato, com uma investigação de aspectos diversos do local (como uso e ocupação do solo; hierarquização viária; identificação das estações de bicicletas compartilhadas e de metrô; localização dos polos geradores de viagens; análise estrutural e social dos espaços de domínio público), foi possível estabelecer as diretrizes para as intervenções urbanas propostas. Em número de 3, cada intervenção corresponde a uma proposta para uma tipologia distinta de espaço público, cujo enfoque é transformar o Benfica em um lugar educador, através da garantia do aprendizado vivencial pela convivência.

O local de implantação do primeiro modelo é a rua Nossa Senhora dos Remédios, que, com aproximados 270m de extensão, caracteriza-se como sendo de uso predominantemente residencial. Conserva, simultaneamente, uma conexão com a Universidade (por concentrar residências universitárias, restaurantes frequentados por usuários da UFC e por possuir um acesso direto à Reitoria) e com os moradores do bairro (pois abriga suas casas e algumas gerações de famílias que já moram no Benfica há décadas).

Atualmente, a rua Nossa Senhora dos Remédios tem como principal função servir de estacionamento para veículos. Pensou-se, portanto, que a intervenção deveria ter como premissas a ressignificação do valor do local público e o fortalecimento dos vínculos entre as pessoas e entre estas e o espaço, além de gerar uma relação de abertura e transposição entre cidade e Universidade.

O espaço compartilhado é um tipo de desenho urbano que procura integrar o tráfego e as atividades humanas e não isolar um a partir do outro. Parte da convicção de que um local livre de regulações e barreiras estimula a atenção e um comportamento mais responsável por parte de cada usuário, independentemente do tipo de modal utilizado para a sua locomoção. Em consequência, é capaz de gerar mais segurança e qualidade urbana, além de avivar a função social que o espaço público, por natureza, possui.

Fotos 1, 2 (esquerda) e 3 (direita): rua Nossa Senhora dos Remédios atualmente e perspectiva de proposta de intervenção urbana para a rua, desenvolvida pelos autores



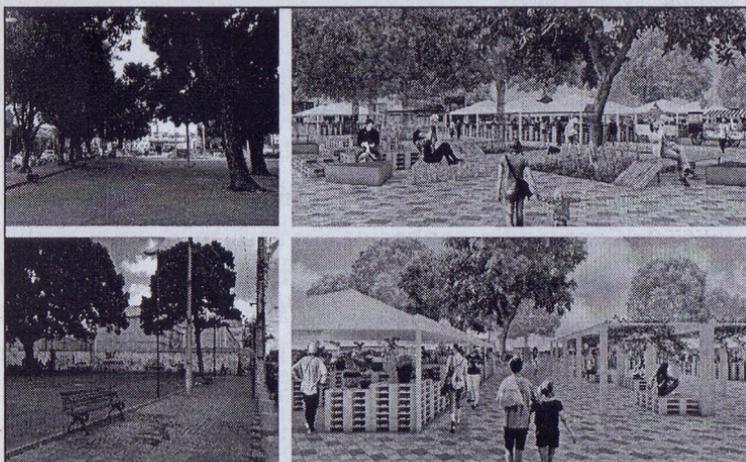
Fonte: Produzida pelos autores.

O segundo modelo de intervenção foi proposto para a Praça da Gentilândia, conhecida por abrigar, há décadas, uma das feiras livres mais antigas de Fortaleza. Apesar de ser um evento tradicional, a Feira da Gentilândia vem passando por um processo de desestruturação ao longo dos últimos anos. Além da Feira, a Praça tem como atrativos barracas de venda de comida (que se instalam, diariamente, a partir do fim da tarde) e uma área destinada à prática de esportes radicais. Nota-se, porém, que, apesar de congregar as referidas atividades, o potencial que a praça da Gentilândia possui de ser um dos espaços públicos de maior relevância no contexto do Benfica, ainda é bastante mal aproveitado.

A fim de que seja possível usufruir o seu território de forma mais humanizada e diversificada, uma das principais premissas de projeto foi o ordenamento da feira, utilizando-se, para isso, de diferentes paginações de piso. Ademais, pensou-se também em outras tipologias de feira que poderiam ocorrer na Praça, todas se utilizando das mesmas estruturas

móveis. A flexibilização de usos também é característica marcante da intervenção proposta, que oferece diversas possibilidades de atividades. A partir dessa variedade de funções, fortalece-se o diálogo com a Universidade, pois algumas de suas atividades rotineiras e esporádicas são transferidas para o espaço da praça.

Fotos 4, 5 (esquerda) e 6, 7 (direita): Praça da Gentilândia atualmente e perspectiva de proposta de intervenção urbana para o espaço da Praça, desenvolvida pelos autores



Fonte: Produzidas pelos autores.

O terceiro modelo de intervenção urbana tem como local de implantação o trecho da avenida da Universidade que se encontra inserido dentro do *campus* do Benfica, possuindo, aproximadamente, 430m de extensão. A Avenida da Universidade é um dos corredores de circulação mais importantes de Fortaleza. Dentre as várias camadas de espaços públicos com o uso deturpado existente no *campus*, a avenida merece atenção ser um potencial espaço de dinâmicas sociais variadas, pois congrega os principais equipamentos institu-

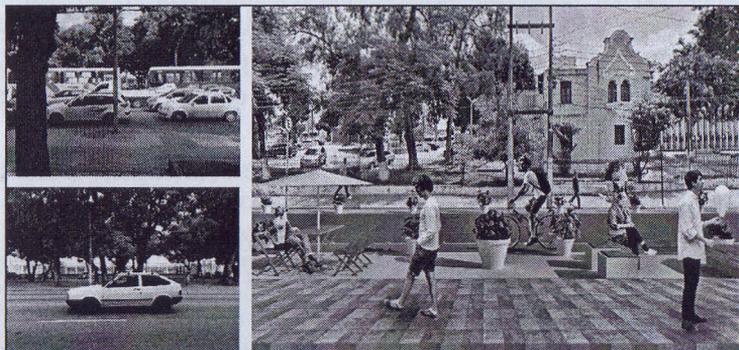
cionais da UFC; possui zonas densamente arborizadas; suas calçadas, mesmo que desenhadas somente como zonas de circulação, são bastante largas; é ponto de venda de comida de rua, atraindo pessoas para outras atividades nas calçadas, além de representar um local afetivamente importante para a população, sendo palco de eventos como manifestações, festas, dentre outros.

A proposta para este espaço consiste em manter uma largura padrão por toda a via (9m), que permita o tráfego de carros e ônibus, sem induzir altas velocidades. As margens restantes, após essa padronização, serão transformadas em extensões das calçadas, funcionando como espaços de atividades para as pessoas. A intervenção traz também a implantação de uma ciclofaixa, para garantir a circulação segura de modais alternativos de transporte.

A fim de aplicar a intervenção sem caráter definitivo, essas margens são delimitadas com pintura e separadas do restante da via por jarros de flores. As margens para pessoas contarão com a presença de estruturas de sombreamento; mobiliário urbano diversificado; demarcação de áreas de *trailers* de comida; além de lixeiras de coleta seletiva, telefones públicos com bibliotecas colaborativas e novas paradas de ônibus, com intervenções artísticas que remetam ao próprio acervo cultural do Benfica.



Fotos 8, 9 (esquerda) e 10, 11 (direita): Avenida da Universidade atualmente e perspectiva de proposta de intervenção urbana para a Avenida, desenvolvida pelos autores



Fonte: Produzidas pelos autores.

Conclusão

Pensar sobre espaços públicos e as funções que estes podem e devem desempenhar dentro do meio urbano é tarefa multidisciplinar. Se essa reflexão se inicia tomando como base o ser humano, com todas as suas necessidades, anseios e desejos e para quem, fundamentalmente, a cidade deve ser desenvolvida, os benefícios gerados podem ser definidores nos rumos da construção cultural de um determinado povo.

Que as cidades possam ser desenhadas, genuinamente, para quem delas usufrui; que as universidades possam, em seus ambientes, fomentar uma educação integral; que o aprendizado vivencial, aquele que pode ser obtido a partir de uma conversa na rua, possa ser tão valorizado quanto a educação técnica e formal; que o conviver, o se encontrar e o trocar possam ser verbos de ação constantemente experimentados nos locais sociais. E que os espaços públicos sejam feitos de diversidade, símbolos manifestos da democracia e

equiparação social; acessíveis e utilizáveis por todos, independentemente das condições físicas, de gênero, raciais, ou qualquer outra.

Referências

GEHL, Jan. *Cidades para Pessoas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

GUEDES, Éllida Neiva. *Espaço público contemporâneo: pluralidade de vozes e interesses*. Universidade Federal do Maranhão, 2010.

HOLANDA, Arlene. *Benfica*. Fortaleza: Secultfor, 2015. (Coleção Pajeú).

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na História*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.

NETO, Paulo Elpídio de Menezes (Org.). *Martins Filho de corpo inteiro*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004 (Série Documentos UFC).

PINTO, Gelson de Almeida e BUFFA, Ester. *Arquitetura, urbanismo e educação: campi universitários brasileiros*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

TORRES, Héctor Barroeta; MORANTA, Tomeu Vidal. La noción de espacio público y la configuración de la ciudad: fundamentos para los relatos de pérdida, civilidad y disputa. *Revista Pólis*, n. 31, 2012. (tradução livre).

VERGER, Jacques. *Homens e saber na idade média*. Bauru, SP: Editora EDUSC, 1999.